

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

3ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2025 - Ordinária

Data: 28 de maio de 2025

Horário: 09h

Local: Plataforma Teams *Microsoft*

Membros do Colegiado

(A relação completa com os que registraram devidamente sua presença, encontra-se disponível na Secretaria Exec.CBH-AT)

SEGMENTO ESTADO

9	Anderson Esteves	SPÁGUAS - SECRETÁRIO
10	Noboru Minei	SPÁGUAS
11	Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
12	Itamar Aparecido O.	ARSESP
13	Alessandro S. Oliveira	ARSESP
14	Gerson Salviano A	IPT
15	Gilson G. Guimarães	CETESB
16	Lilian Barrella Peres	CETESB
17	Luciana M. Ferreira	Instituto de Pesquisas Ambientais
18	Sibele Ezaki	Instituto de Pesquisas Ambientais
19	Marcelo Marcos Silva	Secretaria da Fazenda

SEGMENTO MUNICÍPIOS

21	Rodolfo Marcondes	Salesópolis – PRESIDENTE
22	Eriane Justo Savoia	Santo André
23	Claudete Canada	Poá
24	Solange Wuo Franco	Suzano
25	Edson Akira Mihara	Barueri
26	Eliane Ap. Estevam de Oliveira	Santana Parnaíba
27	Fabiana Nogueira	Jandira
28	José Rogério Moreira Santana	Mauá
29	Joyce Lima Quintino	São Bernardo do Campo
30	José Eduardo Victorino	Mairiporã
31	Marcel Ian Guidolin Marques	Biritiba Mirim
32	Raquel do Prado	Biritiba Mirim
33	Valterlino Gomes Versas	Caieiras
34	Wilker Figueirêdo da Luz Júnior	Guarulhos

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

36	Melissa Cristina Pereira Graciosa	UFABC - VICE-PRESIDENTE
----	-----------------------------------	--------------------------------

37	Luiz Alberto de Almeida Souza	SINDAREIA
38	José Mairton Barreto	SINTAEMA
39	Alexande Wagner	UMC
40	Jordana Alca Barbosa Zola	IAB
41	Leila Maria Vendrametto	INSTITUTO ALANA
42	Jorge Luiz Silva Rocco	CIESP SP
43	Amauri Pollachi	ONDAS
44	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
45	Francisca Adalgisa da Silva	APU
46	Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
47	Bruno Takahasi	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
48	Sueli Moroni da Silva	FIESP
49	Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga

50 **1. Abertura e Informes.** Melissa Cristina Pereira Graciosa (UFABC), Vice-
51 Presidente do CBH-AT, iniciou a terceira reunião plenária do ano de 2025
52 dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. O Secretário
53 executivo do Comitê Anderson Esteves (SPÁguas) ressaltou a importância
54 de contatar as entidades para garantir o preenchimento das vacâncias das
55 entidades que ainda não indicaram seus representantes. Solicitou auxílio do
56 Presidente do Comitê para sensibilizar os Prefeitos da bacia sobre a
57 importância e a relevância dessas participações, não somente para as
58 Câmaras Técnicas mas também para os Subcomitês. Pela FABHAT, o
59 Diretor Presidente Hélio César Suleiman apresentou o status geral das
60 chamadas de projetos, destacando o grande volume de recursos aprovados
61 indicando o forte engajamento do trabalho desenvolvido pelo Comitê. Na
62 sequência Beatriz Vilera, Diretora técnica FABHAT, complementou com
63 dados acerca das chamadas para a captação dos recursos financeiros pelos
64 projetos que pleitearam os recursos. A primeira chamada, com indicação
65 aproximada de R\$ 13 milhões, teve diversas propostas submetidas para a
66 análise, e a 2ª chamada já iniciou, recepcionando as propostas, mas
67 perceberam um desequilíbrio, visto que oito projetos contaram com apenas
68 um analista e seis não tiveram nenhum analista. Solicitou a colaboração de
69 todos, para não sobrecarregar os analistas. Ainda há 8 projetos com apenas
70 1 analista, quando o ideal seria ter pelo menos 2 analistas por projeto. Uma
71 análise com mais membros e instituições enriquece o processo compondo
72 uma equipe multidisciplinar de conhecimentos. Solicitou urgentemente que
73 as entidades dos três segmentos manifestem interesse e indiquem seus
74 representantes para a análise dos projetos. Na sequência foi apresentado
75 pelos Coordenadores Lucas Ferreira e Amanda de Almeida Ribeiro o Plano

76 Municipal Integrado de Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos
77 de São Paulo. Em síntese, no segundo semestre do ano passado, a
78 Prefeitura de São Paulo firmou com a Habitat parceria para desenvolver, em
79 conjunto, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de
80 Gestão de Resíduos Sólidos, dando início ao projeto com uma etapa de
81 mobilização que envolveu a definição de escopo e formação de equipes
82 intersecretariais. O plano anterior, do ano de 2019, perdeu validade com o
83 novo Marco Legal e a revisão contratual da SABESP, exigindo dessa vez
84 uma abordagem regionalizada e transdisciplinar para reorganizar as
85 políticas de água, esgoto, drenagem e dos resíduos. O processo foi dividido
86 em cinco macroetapas: mobilização, diagnóstico, prognóstico, definição de
87 metas e elaboração do plano de ação. Nos trabalhos de diagnóstico,
88 atualmente, coletam dados dos sistemas locais e dos órgãos apropriados
89 para caracterizar a situação. 4. Para garantir participação social e
90 territorialização, estão previstas oficinas regionais, audiências públicas e
91 seminários. Solicitaram integração com os dados do Comitê, demais órgãos
92 e interessados para contribuir com informações e sugestões. O instrumento
93 final terá um horizonte de 20 anos, revisionado, e visa orientar a
94 universalização dos serviços de saneamento, assegurando que metas
95 emergenciais, de curto, médio e longo prazo reflitam as necessidades do
96 município e sua integração metropolitana. Também todos foram convidados
97 para acompanhar os trabalhos, a divulgação e a participação ativa nas
98 Oficinas. Ao final a Diretoria do Comitê expressou os agradecimentos pela
99 apresentação e ressaltado a importância da promoção de diálogo
100 institucional aberto em torno de dados e a indicação dos pontos focais, de
101 modo a aprofundarem as próximas conversas e os avanços na construção
102 de um Plano que reflita não apenas o município, como o seu alcance
103 metropolitano. A Vice-presidente convidou para que retornem com uma nova
104 apresentação do Plano, em suas próximas etapas. Itamar Aparecido
105 (ARSESP) perguntou se a Agência teria um espaço formal dentro do
106 processo do plano municipal para acompanhar as leituras do plano nos
107 temas de sua competência e perguntou ter ouvido falar, na última reunião da
108 Câmara técnica, sobre o protocolo de Gestão de Risco de Escassez Hídrica,
109 prestes a ser publicado pela SPÁguas, que poderia ser fundamental para
110 alinhar o plano municipal de recursos hídricos aos cenários de escassez
111 estabelecidos naquele documento. Lucas respondeu que vê como essencial
112 essa aproximação institucional e se dispôs a solicitar formalmente o acesso

113 a dados e a organizar reuniões conjuntas, especialmente nos temas de
114 saneamento rural e soluções individuais, além de destacar a relevância tanto
115 dos protocolos da SPÁguas quanto do plano de contingência da SABESP
116 para incorporar cenários de eventos extremos e mudanças climáticas na
117 elaboração do diagnóstico. Amanda de Almeida, por sua vez, solicitou o e-
118 mail de Itamar para agilizar o contato direto da equipe técnica, evitando
119 atrasos de ofícios que passam por protocolo geral, e confirmou que o grupo
120 já está em processo de articulação para obter tanto o protocolo da SPÁguas
121 quanto o plano de contingência da SABESP. Em seguida, Anderson Esteves
122 (Diretor da SPÁguas e secretário executivo do Comitê do Alto Tietê),
123 concordou com a importância de conversas coordenadas entre as
124 instituições e sugeriu uma reunião para discutir o PDMAT, cujo edital deve
125 ser lançado em breve, bem como o monitoramento das redes de água, a
126 sala de situação e as estratégias de atuação em momentos críticos, como a
127 transposição do Cantareira e o gerenciamento dos sistemas São Lourenço
128 e Paraíba do Sul, indicando que manterá diálogos para estreitar os contatos.

129 **2. Leitura, discussão e votação do resumo executivo da 2ª Reunião**
130 **Plenária de 2025, realizada em 28 de março.** Foi dispensada a leitura e a
131 **Ata foi aprovada por unanimidade.** Na sequência da reunião, foi aprovada
132 a inclusão, como item de pauta, sobre a rerratificação da Deliberação nº
133 201/2025, referente aos membros para a atual gestão. Hélio explicou sobre
134 a necessidade de alteração e da escolha de um novo do representante do
135 segmento da Sociedade civil no Conselho fiscal da FABHAT. Mas não houve
136 voluntários imediatos, e o segmento da Sociedade civil, com os membros
137 presentes na reunião, acordaram para realizarem uma reunião específica
138 para definir o indicado. A Vice-presidente se propôs a intermediar com as
139 demais entidades interessadas e dará retorno formal à FABHAT tão logo haja
140 a definição. **3. Deliberação CBH-AT que, aprova o Parecer Técnico**
141 **referente à Nova Marginal Pinheiros - Oeste, no município de São Paulo.**
142 Asafe Má dai de Deus Virgolino (EZUTE/FABHAT) apresentou as
143 informações gerais do empreendimento Nova Marginal Pinheiros – Oeste,
144 na Zona Sul de São Paulo, com detalhamento de sua caracterização e dos
145 objetivos da intervenção urbana. O novo trecho da Marginal inicia logo após
146 a ponte João Dias, com 3 novas faixas. O complexo viário da ponte
147 Transamérica será remodelado para estabelecer conexões com as vias e
148 com novas pontes e o final do trecho será junto à ponte Vitorino Goulart,
149 onde um retorno possibilitará o acesso à ponte para transposição do rio

150 Pinheiros. A comissão procedeu à análise de compatibilidade com o Plano
151 da Bacia do Alto Tietê (PBH-AT), avaliou alternativas locais e
152 tecnológicas e examinou os potenciais impactos sobre os recursos hídricos,
153 propondo medidas mitigatórias e recomendações, entre elas, desenvolver
154 Plano de Contingência para a operação do empreendimento, considerando
155 eventos de derramamento de produtos perigosos e prever a utilização de
156 cortinas de turbidez ou outra metodologia para a contenção dos sedimentos
157 advindos da implantação das fundações das Obras de Arte Especiais OAEs,
158 que são estruturas diferenciadas necessárias para vencer obstáculos na via,
159 como pontes, viadutos, passarelas, galerias de drenagem e bueiros de
160 grande porte, entre outros. Também é necessário dar atenção aos
161 sedimentos revolvidos no leito dos rios. Em seguida, foram revisadas as
162 documentações e procedimentos legais pertinentes, incluindo os estudos de
163 EIA/RIMA nos processos SVMA, bem como o parecer da CETESB, e em
164 reunião com a Câmara Técnica o parecer técnico foi discutido e aprovado
165 em conjunto com os Subcomitês Cotia-Guarapiranga e Billings-
166 Tamandateí. Ao final, encaminharam-se as recomendações elaboradas
167 pelo Parecer destacando, necessidade de consolidação das medidas
168 mitigatórias e de acompanhamento contínuo. Na participação da plenária,
169 Wesley (CAD-AD) ressaltou que o projeto causa também grande impacto
170 social, pois prevê a remoção de famílias e não foi adequadamente discutido
171 no Conselho do Meio Ambiente, sendo que, o CADES, na gestão 2015–
172 2017, emitiu parecer contrário ao antigo projeto, mas estava sendo
173 reapresentado sem qualquer atualização. Criticou a Prefeitura por se basear
174 no parecer da CETESB anterior há 20 anos. Enfatizou que devem prestar
175 bastante atenção, o projeto trata da última área verde da marginal Pinheiros,
176 um refúgio importante para a fauna local, ameaçado pela verticalização.
177 Colocou que há propostas para a criação de um Parque Municipal Linear,
178 assunto debatido na Câmara Municipal, sendo necessário que todos os
179 pareceres técnicos sejam atuais e incorporados antes de qualquer
180 aprovação. Amauri Pollachi (ONDAS) questionou a conformidade da
181 documentação apresentada, identificando problemas graves que a tornam
182 incompatível com a realidade atual do empreendimento. Ficou demonstrado
183 a fragilidade da elaboração do EIA/RIMA e destacou, se fosse consistente,
184 não haveria tantas observações e recomendações. Defendeu que o Comitê
185 solicite complementação e aprimoramento do estudo, antes de se manifestar
186 e propôs a retirada da Deliberação para que seja completamente revisada e

187 reapresentada de forma adequada. O Diretor Presidente Hélio esclareceu
188 que, embora o comitê não seja o órgão licenciador, no que foi apresentado
189 pelo empreendedor do projeto, ficou claro que restavam inseguranças
190 quanto à documentação, seria preciso garantir documentos atualizados e
191 alinhados temporalmente; para depois o Comitê retornar com o projeto e
192 definir se aprova, ou não, com as suas recomendações. Dimitri Auad
193 (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC-MDV) apontou que os
194 questionamentos ao projeto são preliminares, restando ainda contemplar
195 diversos aspectos essenciais. Ressaltou que o empreendimento atual não
196 corresponde às imagens apresentadas, está a apenas seis metros da
197 margem do rio e criticou os dados de 2020. Destacou ainda, a presença de
198 remanescentes de mata de campos gerais, espécie quase extinta na cidade,
199 advertindo que a obra incentivar a ocupação em áreas de mananciais. Por
200 fim, concordou com a necessidade de aprimorar o documento e sugeriu
201 retorno para reavaliação antes de qualquer deliberação. Dessa forma, em
202 votação, foi aprovada a retirada de pauta do tema. **4. Deliberação CBH-AT**
203 **nº 202, de 28 de maio de 2025 - Aprova o Parecer Técnico referente ao**
204 **EIA/RIMA do Centro Empresarial Oeste, no município de Franco da**
205 **Rocha; Deliberação aprovada por unanimidade.** Asafe Má dai de Deus
206 Virgolino (EZUTE/FABHAT) apresentou as informações gerais do
207 empreendimento Centro Empresarial Oeste, em Franco da Rocha, que foi
208 concebido inicialmente como um grande condomínio logístico, mas teve sua
209 implantação interrompida pela pandemia. Atualmente concentrará toda a
210 operação em quatro galpões dispostos em um único lote de 50 hectares,
211 onde já houver movimentação de terra. O terreno abriga seis nascentes e
212 quatro cursos d'água afluentes do rio Juqueri, contíguo à Rodovia Tancredo
213 Neves e faz divisa com outro galpão, o que reforça a importância do
214 licenciamento. O empreendedor detalhou a estrutura do projeto e as
215 documentações enviadas, incluindo o histórico de movimentação de solo
216 realizada sob alvará municipal antes de o processo migrar para a
217 regularização e licenciamento ambiental. Também foi destacado o plantio de
218 eucaliptos na área, planejado para exploração comercial após a retirada, o
219 que traz implicações sobre supressão de vegetação e a impermeabilização
220 do solo, exigindo maior atenção às medidas mitigatórias. Para garantir a
221 preservação dos recursos hídricos e a sustentabilidade do empreendimento,
222 foram apresentadas as recomendações, sendo quatro de caráter prioritário:
223 realizar um novo levantamento sazonal das nascentes para confirmar que

224 nenhuma foi afetada pela terraplanagem; prever sistema de captação de
225 água da chuva para reduzir a demanda sobre o abastecimento urbano;
226 reforçar as medidas de mitigação da impermeabilização, adotando
227 pavimentos permeáveis e a recuperação vegetal nas áreas de eucalipto
228 suprimido; e instituir acompanhamento periódico da qualidade do esgoto,
229 incluindo monitoramento na futura Estação de Tratamento, assegurando o
230 controle rigoroso das duas grandes conexões previstas. O Arquiteto Mário
231 César Nascimento (Subcomitê Juqueri-Cantareira) enfatizou que as
232 recomendações são cruciais, inclusive porque o empreendimento está a
233 montante da ETA Jordanésia, que abastece cerca de 50.000 pessoas. O
234 manancial, em Franco da Rocha, faz parte de 18 mananciais críticos, já
235 submetidos a derrames de cargas perigosas e assoreamento. O Subcomitê
236 vem conduzindo um trabalho de sensibilização para um uso sustentável
237 daquela bacia e das microbacias. Estranhou que o novo projeto tenha sido
238 classificado apenas como Impacto de Vizinhança. Concluiu agradecendo a
239 atenção de todos e reforçou a necessidade de avaliação detalhada. **5.**
240 **Deliberação CBH-AT nº 203, de 28 de maio de 2025 - Aprova aditamento**
241 **de recursos financeiros ao Contrato FEHIDRO nº 003/2025, tomador**
242 **Prefeitura Municipal de Mauá; Deliberação aprovada por unanimidade.**
243 O aditamento do contrato do empreendimento, conforme solicitado pela
244 Prefeitura de Mauá, refere-se à revisão do Plano Diretor Municipal de
245 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e o pedido foi formalizado por meio
246 de ofício com base na Deliberação nº 199. A principal alteração foi a
247 atualização do valor disponível para aplicação. A Prefeitura solicitou R\$
248 2,861 milhões para incluir ações de microdrenagem, além da
249 macrodrenagem originalmente prevista e o aditamento visa garantir a plena
250 execução do empreendimento. Analisado pelas instâncias do Comitê foi
251 aprovado para ser submetido à plenária. **6. Deliberação CBH-AT nº 204, de**
252 **28 de maio de 2025 - Aprova a indicação de empreendimentos com**
253 **financiamento dos recursos do FEHIDRO de 2025, em primeira**
254 **chamada; Deliberação aprovada por unanimidade.** Laura Stela
255 apresentou os resultados da primeira chamada de projetos FEHIDRO.
256 Explicou que dos R\$ 16 milhões inicialmente analisados, cerca de R\$ 2,4
257 milhões foram inabilitados e no prosseguimento das análises R\$ 13,8
258 milhões foram aprovados, após complementações. Detalhou que alguns
259 proponentes não atenderam aos requisitos mínimos de conteúdo ou não
260 enquadraram suas ações no escopo da Deliberação, já outros desistiram

261 dos projetos. Em seguida, listou os projetos habilitados, entre eles, a
262 execução de obras de micro e macrodrenagem do Córrego Corumbiara no
263 município de Santo André/SP e projeto de educação ambiental em Santo
264 André. O montante aprovado soma cerca de R\$ 13 milhões e ainda há um
265 bom saldo remanescente para aplicação em segunda chamada. Por fim,
266 lembrou a necessidade de adequação dos índices de aplicação de recursos
267 em APRMs com o mínimo de 50 %, e das cotas por PDC, também para a
268 segunda chamada, assegurando a plena aplicação dos recursos de 2025. **7.**
269 **Criação do Grupo de Trabalho para revisão do Estatuto do CBH-AT;** O
270 Comitê definiu por um grupo tripartite composto, pelo segmento Sociedade
271 civil por Amauri Pollachi (ONDAS) e Mario de Carvalho Fontes Neto
272 (Associação Nossa Guarapiranga); já o do Estado por Marcelo Marcos Silva
273 (Secretaria da Fazenda-Sefaz) e Gilson G. Guimarães (CETESB); e pelas
274 Prefeituras, haverá ainda as indicações a serem levantadas e articuladas
275 tendo à frente o Presidente do Comitê para o diálogo com os Prefeitos. **8.**
276 **Outros assuntos e 9. Encerramento.** Solange Wuo Franco (P.M Suzano)
277 informou que participaram da Conferência Estadual, e pelo COMDEMAT
278 levaram uma proposta, que foi muito bem aceita, eleita entre as principais
279 propostas nacionais. Trata-se de fomentar as políticas públicas por meio do
280 fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, com o objetivo de
281 melhorar a qualidade das bacias, considerando também os territórios das
282 subbacias na promoção dos recursos hídricos. Solicitou uma Moção de
283 repúdio contra o PL 2159/2021, também conhecido como o “PL da
284 Devastação”, uma vez que visa flexibilizar o licenciamento ambiental,
285 principalmente por meio de autolicensing ou Licença por Adesão e
286 Compromisso. Além disso, destacou o tratamento dado à Ministra Marina
287 Silva, em recente reunião do Senado Federal, algo inadmissível e sem
288 classificação possível. Na sequência o Professor Alexandre (UNIV. UMC)
289 solicitou espaço na próxima reunião para apresentar o projeto contínuo de
290 estudos e programas de conservação e repovoamento de peixes da Bacia
291 do Alto Tietê, desenvolvido pela universidade, desde os anos 2000. O projeto
292 incluiu pesquisa, geração de conhecimento e ações de educação ambiental
293 com escolas públicas de Salesópolis e Biritiba, promovendo solturas de
294 peixes e a conscientização sobre a saúde dos rios, mas mesmo após 15
295 anos de avanços e políticas públicas articuladas com DAEE e SABESP, a
296 estação de piscicultura foi abandonada, a SABESP não renovou o contrato,
297 e a reprodução foi deslocada para Pindamonhangaba, bem longe do

298 propósito original. É fundamental retomar os diálogos. E também foi sugerido
299 que, como o tema abrange a área de mananciais, pode ser recebido e
300 discutido na Câmara Técnica de Mananciais, para melhor tramitação no
301 plenário. O Presidente confirmou a concordância geral e a apresentação
302 pelo Professor Alexandre deverá ser incluída na pauta da próxima reunião.
303 Sobre a Moção, deve ser redigida com base no material técnico já disponível
304 e, com demais contribuições dos membros do Comitê, para posterior
305 divulgação nas instâncias adequadas. Cumprida a Ordem do dia e, não
306 havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada pelo
307 Presidente. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de
308 inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan G. e revisada pela
309 Secretaria Executiva do CBH-AT.